

Formação superior: entre o mercado e a cidadania

Waldemar Marques

Universidade de Sorocaba

waldemar.marques@prof.uniso.br

Resumo:

Este artigo discute a problemática da educação superior frente a dois grandes desafios: formação profissional e formação cidadã. Analisa as mudanças que geraram a atual sociedade urbana e industrial, baseada no individualismo e na economia. Destacando o papel das instituições de educação superior, aponta a necessidade de um outro paradigma organizacional e epistemológico voltado para os novos tempos, que enfatize a formação profissional como componente da formação cidadã.

Palavras chave: educação superior, formação profissional, formação cidadã.

Abstract:

This article discusses the problem of higher education facing two major challenges: vocational training and civic education. It analyses the changes that have generated the current urban industrial society, which is based on individualism and an economy. Highlighting the role of institutions of higher education, points out the need for another organizational and epistemological paradigm to cope with the new times, which addresses vocational training as a component of civic education.

Key words: higher education, vocational training, civic education.

Introdução

O foco deste artigo é a formação superior. Em razão disto, é necessário primeiramente distinguir o que vem a ser esta formação superior, também designada como educação superior, para em seguida analisar suas relações com o mercado e a cidadania. Este texto está estruturado em três tópicos: o primeiro discute a educação superior enquanto voltada para a formação de profissionais destinados a áreas especializadas do mundo do

trabalho; o segundo tópico analisa as mudanças socioeconômicas e suas implicações para a educação superior, destacando neste processo de mudanças a preeminência do indivíduo em detrimento da construção da vida social mais ampla; o terceiro tópico discute os desafios que os novos tempos colocam para instituições de educação superior.

Educação superior e profissão

Partindo de um entendimento mais amplo do processo educativo, Barata-Moura (2003, p. 31 e 32) afirma que educar é “desenvolver e formar a nossa aptidão de senhorio e orientação do viver”. Enquanto tal, a educação é um “processo vital” que se cumpre “ao longo da vida, em união estreita com a formação/construção do ser humano que cada um de nós protagoniza”, “a partir de um leque interativo de relações”.

Assim entendendo educação em geral, a educação superior em particular, em distinção aos demais níveis e tipos de educação, é aquela que “aprofunda uma área consolidada do saber, proporciona um determinado título profissional, se desdobra numa circunstância científica de investigação” (p.32). Educação superior pressupõe e requer “compromisso de racionalidade”, “experiência de pesquisa” e “exercício criativo da crítica”.

Conforme referido acima, a formação superior enquanto aprofundamento de uma “área consolidada do saber”, forma pessoas para exercer uma profissão específica e resulta numa titulação profissional. Segundo Tardif (2009, p. 62), “uma profissão pressupõe o domínio de conhecimentos especializados”, sendo que

A necessidade destes conhecimentos é imposta pela variedade, complexidade e unicidade das problemáticas que os profissionais enfrentam no cotidiano. Conhecimentos do senso comum não garantiriam a apreciação exaustiva, sistemática e rigorosa destas problemáticas variadas, complexas e únicas.

Neste sentido, “um traço característico de uma profissão” é “o domínio de competências particulares que dependem da mobilização de conhecimentos particulares”. Estas competências se referem ao saber prático que se concretiza no “saber-fazer”, “saber agir” (p.74). Portanto, a “profissionalização, qualquer que ela seja, situa-se sempre na ordem da ação”, onde se combina “uma pluralidade de recursos a serviço da compreensão e resolução de uma problemática única e complexa”. Como se pode

perceber, trata-se de um processo de formação de grande complexidade, no qual o saber teórico se combina com o saber prático para o enfrentamento de uma situação/problema também altamente complexa.

A educação superior e o meio sócioeconômico

Posta a questão da formação superior nestes termos, importa a seguir situar e analisar em que campos sociais e econômicos esta formação superior se insere. Um breve olhar para a história deste nível de educação, revela o enorme desenvolvimento da educação superior, o que indica que ela atende a fortes demandas sociais e econômicas. No plano social, ela está fortemente associada à mobilidade social ascendente nas sociedades modernas urbanas e industriais. No plano econômico ela está relacionada ao desenvolvimento de uma nação, região; impossível imaginar o desenvolvimento econômico sem forte base educacional, aí incluída com destaque a educação superior. Neste plano econômico, a formação superior também atende às necessidades básicas de uma população, como por exemplo, a saúde, citar apenas uma delas. Ainda neste plano, pode-se afirmar que a educação está associada às demandas do mercado de trabalho.

Quanto à educação superior como fator de mobilidade social ascendente, esta relação é fortemente acentuada com a emergência das sociedades urbano-industriais, a partir dos meados do século XVIII, sociedades que passam a ser estruturadas em classes sociais nascidas da nova forma de produção capitalista fabril. Neste tipo de sociedade surgida com a da revolução industrial, a rigidez da tradição das sociedades agrárias e patriarcais cede lugar à flexibilização do mundo urbano industrial. A estrutura ocupacional sofre enorme transformação, tornando-se mais complexa, diversificada e hierarquizada no interior do processo produtivo das unidades fabris, comerciais e do aparelho de Estado. O meio urbano e a produção fabril criam novas exigências de adaptação das populações emigradas do meio rural, dentre estas a necessidade da escolarização como ferramenta para compreensão dos novos códigos próprios do meio cultural que emergia.

A educação escolar passa a ser condição fundamental de inserção social; a educação superior, em particular, torna-se condição primeira para o acesso às posições mais altas nas hierarquias ocupacionais que demandam conhecimentos especializados de base científica e tecnológica. Este processo de transformação ocorreu também no Brasil, sobretudo a partir dos anos 30 do século passado, contudo com cores próprias: a herança

escravocrata, largas faixas de economia de subsistência, economia agrária voltada para o mercado externo só foram sendo ultrapassadas à medida que a industrialização avançava, gerando nova estrutura ocupacional, muito mais diversificada e mais complexa.

Este complexo processo de transformação, onde quer que ele ocorra, destrói progressivamente as bases que ligam os indivíduos à sociedade. Emile Durkheim, um clássico da Sociologia, refere-se às noções de “solidariedade mecânica” e “solidariedade orgânica” para compreender esta dramática transformação social. Nas sociedades em que predomina a “solidariedade orgânica”, própria das sociedades urbano industriais, o indivíduo perde as referências dadas pelos contatos próximos, pela família extensa, pelas relações de parentesco e vizinhança, pelo sentimento de pertencimento a uma comunidade. O indivíduo faz, sim, parte de uma teia de relações, mas estas são impessoais, e ele vive e se sente como que imerso, e ao mesmo tempo isolado, numa “multidão”, condição que David Riesman (1995) analisa no seu livro “A Multidão Solitária” (1995).

Outro sociólogo, Richard Sennett em “A decadência do homem público (1988) discute as condições das sociedades urbano-industriais modernas, enquanto sociedades centradas no indivíduo e a conseqüente corrosão da noção do público. Norbert Elias em A Sociedade do Indivíduos (1994) desenvolve o mesmo tema da individualidade, como característica predominante das sociedades atuais, “ênfatizando a ideia que o indivíduo tem de que seu eu está isolado do mundo lá fora como que por um muro invisível” (p.106). Já Dias Sobrinho (2013), referindo-se à “globalização da economia” dos dias atuais, afirma que “Ao entronizar a economia, a globalização anulou o cidadão”, onde o “homem público, ser de relações, está se convertendo em um indivíduo isolado e solitário (ps. 4 e 7)). Em todos estes autores, há uma problemática comum que destaca o enfraquecimento progressivo da noção de bem comum, do público, da noção de pertencimento a uma comunidade mais ampla e fortalecimento da ideia do indivíduo em busca do seu destino.

Os horizontes de percepção, envolvimento e interesses vão se restringindo ao indivíduo e seu limitado círculo da família nuclear e ambiente de trabalho. Sua inserção social se dá não mais como partícipe de uma teia de interações próximas, de vizinhança, parentesco, em uma comunidade em geral de pequena dimensões, mas no anonimato de aglomerações urbanas, muitas delas de enormes proporções. A inserção social do

indivíduo, quanto adulto, passa a depender de conhecimentos e habilidades adquiridas com esforço próprio, quando muito ancorado no apoio da família nuclear. O conhecimento valorizado passa a ser aquele que permite o acesso a posições mais elevadas na estrutura ocupacional da sociedade urbano-industrial, ou pós-industrial.

Estes conhecimentos e habilidades são adquiridos em instituições educacionais criadas nas sociedades estruturadas pelo mercado. Assim, de um ponto de vista estritamente econômico, este saber profissional é exercido no âmbito do mercado, onde se compram e se vendem tais saberes especializados. Neste sentido estes saberes passam a constituir mercadorias, como qualquer outra mercadoria ou serviço produzido e comercializado.

É um fato inexorável do qual não há como fugir. Conhecimentos especializados de base científica são altamente demandados nas modernas sociedades urbano-industriais, em sociedades pós-industriais e de mercado. São conhecimentos valorizados, de grande impacto sobre o desenvolvimento econômico de uma sociedade específica. Deste ponto de vista, a formação superior está vinculada ao mercado; ela atende a requisitos do mercado.

Contudo, a dimensão econômica é apenas um lado da questão da formação superior. Permanecer só neste lado, ainda que de especial importância, significa enredar-se numa trilha estreita que distorce o sentido mais profundo da formação superior. É possível e necessário sair desta trilha e abrir uma avenida ampla. Esta avenida pode começar a se abrir, com a pergunta sobre o sentido maior das atividades econômicas, sobre suas finalidades. Viviane Forrester (1997) escreveu um livro de título chocante e provocativo: “O horror econômico”. Nele a autora questiona as práticas econômicas das modernas sociedades capitalistas enquanto um fim em si, alimentadas pela busca do lucro como valor supremo; práticas econômicas que banalizam o trabalho e reduzem o emprego. Dias Sobrinho se refere nos dias atuais a um “fundamentalismo econômico” que impõe em grande parte a direção “das transformações de vários tipos que ocorrem em todas as instâncias da existência humana” (p.8). Este questionamento da economia remete a um cenário mais amplo e fundamental que diz respeito às necessidades fundamentais do ser humano. Ou seja, a economia existe para cumprir uma função primordial que é atender às necessidades humanas: alimentação, abrigo, saúde, educação e outras. São estas as verdadeiras bases valorativas das atividades econômicas; não o lucro exclusivamente, ainda que admitido como componente intrínseco à economia de mercado.

A inversão destes valores que marca as economias das sociedades contemporâneas,

conduz ao “horror” a que Forrester se refere. Análises e debates desta natureza apontam diretamente para os valores que presidem a existência das sociedades humanas contemporâneas: quais são estes valores, a que padrões de comportamento eles conduzem, como tais valores são formados. Esta última questão leva-nos a indagar sobre os processos de formação humana, sobre as instituições educacionais, com destaque aqui para as instituições superiores destinadas à formação de pessoas que ocuparão os níveis médios e altos da estrutura ocupacional, posições de mando que irão configurar a estrutura de poder de uma dada sociedade.

Portanto, frente ao o discurso recorrente de que a formação profissional de nível superior deve estar voltada para o mercado de trabalho apenas, deve atender precipuamente às demandas de mão de obra que este mercado requer - afirmações não acompanhadas de juízo crítico - as instituições de formação superior incorrem num grave equívoco de avaliação. Tal avaliação restringe a apenas uma dimensão da realidade cujos valores apontam direção contrária àquela da busca de uma sociedade verdadeiramente democrática como condição de humanidade plena.

Não obstante a força das críticas endereçadas a uma visão unilateral do jogo de mercado, para o qual o lucro é o valor dominante, não há como negar o mercado como parte da realidade social maior, de sociedade capitalista/urbano/industrial hegemônica. É neste mercado que as pessoas precisam se inserir como condição básica de inclusão social. Impossível pensar a inclusão deixando de lado o trabalho e a forma como este se organiza nas sociedades atuais de economias de mercado. Por sua vez, esta inclusão é fortemente determinada pela escolarização, e nos níveis mais altos da estrutura ocupacional, determinada pela escolarização de grau superior.

Vista como direito, a educação de modo geral e em particular a educação superior, tradicional caminho percorrido pelas elites e classes medias altas para a preservação do seu status social e mesmo sua ascensão, passa por verdadeira revolução ao ser demandada com igual força pelas classes sociais de mais baixa posição sócio-econômica e cultural. De modo geral, as políticas públicas mais recentemente, como é o caso do Brasil, vem procurando responder a esta demanda.

Se é possível conceber a formação superior como meio para atendimento das demandas do mercado de trabalho, é também possível e mesmo necessário explicitar o fato de que o exercício de uma profissão de nível superior, como de qualquer outra profissão, se dá num campo social e voltado para este campo social, o que coloca questões de

extraordinária relevância, nem sempre devidamente enfatizadas nos processos formativos. Estas questões são tanto de natureza técnica, quanto de natureza ética, ambas necessariamente interligadas enquanto estruturantes de uma prática profissional.

As questões de natureza técnica referem-se aos conhecimentos necessários e suficientes para lidar com situações-problema específicas onde a qualidade do serviço prestado ou do produto em questão são fundamentais. As questões aqui chamadas técnicas – na falta de uma designação mais adequada - implicadas no processo de formação do profissional de nível superior estão afetas ao projeto pedagógico do curso, aí incluindo as disciplinas (seus objetivos, conteúdos, métodos de ensino, carga horária), estágios profissionais, monografia de fim de curso), carga horária, em consonância com dados das realidades concretas e práticas do mundo do trabalho. Busca-se garantir esta qualidade através da certificação e do controle exercido pela associações profissionais, as mais diversas.

Porém, as questões técnicas envolvem também valores e princípios que presidem o comportamento humano no exercício de uma profissão; ou seja, a prática profissional envolve também questões éticas. Esta conexão entre a dimensão técnica e a dimensão ética da prática profissional precisa ser explicitada, pois sua compreensão permite tornar mais claras as finalidades da formação superior para além da profissão.

Tardif (p. 63), ao apresentar e discutir os “elementos que caracterizam uma profissão”, além dos “conhecimentos especializados” próprios de uma profissão, refere-se também à “autonomia profissional e o atendimento ao cliente”. Enquanto sujeito autônomo, o profissional é responsável pela análise e compreensão da problemática a ser enfrentada, responsável pelas decisões destinadas a seu enfrentamento, como também pela implementação das ações que seguem às decisões.. O outro “elemento” definidor de uma profissão é, segundo o autor “o atendimento ao cliente”. Este “elemento” constitui-se como que “um tipo de contrato social entre uma profissão e a sociedade”, o que amplia o leque das consequências que a atuação profissional alcança. Da técnica para a ética, envereda-se para o alcance social da ação. Dias Sobrinho radicaliza a questão ao afirmar que “a técnica há de submeter-se à ética” (p.9). Assim, expande-se obrigatoriamente a problemática da formação superior de modo a alcançar o humano no sentido pleno.

Portanto, as implicações sociais da ação técnica nos levam a indagar sobre quais são as demandas, quais as necessidades em áreas vitais da vida social. Saúde, habitação, educação são algumas destas áreas vitais destinatárias de um leque de profissionais formados pelas instituições de ensino superior. Algumas perguntas cruciais aqui se

colocam, como: quais as necessidades da sociedade como um todo, ou de uma certa região, ou localidade em campos como a saúde, habitação, segurança, transporte, educação? Em que medida e com que qualidade estas necessidades sociais estão sendo atendidas? Que fração da população está à margem, privada de serviços básicos, necessários a uma condição de vida digna? Os diferentes profissionais que deverão atuar nestas áreas não podem prescindir de um conhecimento consistente e crítico sobre estas questões. Mais especificamente, e como exemplo, um profissional da saúde não pode prescindir de conhecimentos sobre os problemas e necessidades que afetam uma população onde atua. Os problemas e necessidades desta população constituem parâmetros mais amplos que balizam sua ação específica. A atuação de um profissional, agregada à atuação de outros mesmos profissionais tem um impacto profundo que nenhum deles deve ignorar. A perda desta dimensão limita o profissional aos seus interesses de carreira e salário (justos por princípio) e o impedem de compartilhar um horizonte mais amplo em que ele descortine seu papel social de coadjuvante na construção de uma ordem social mais justa, de promoção da cidadania.

As instituições de educação superior: em busca de um novo paradigma

Vista desta maneira, a questão da formação superior nos obriga a indagar sobre as instituições que respondem por esta formação: as universidades e demais instituições de educação superior. Deve-se perguntar se a atuação destas instituições focam exclusivamente a formação profissional superior no sentido estrito do mercado; ou se esta formação, além destes objetivos, incorpora uma perspectiva e prática cidadã que mobilize o indivíduo a agir não só de conformidade às exigências de suas competências técnicas, mas, também e para além delas agir sobre as condições responsáveis por situações muitas vezes de penúria a que são submetidas parcelas significativas da população, privadas dos seus direitos e do atendimento às necessidades básicas. Importa não esquecer o alerta de Dias Sobrinho para a possibilidade de que a Universidade, dependendo de como atua, pode vir “a colaborar com os processos de desidratação das esferas públicas” (p. 9).

As instituições superiores de pesquisa, em especial as universidades, vêm produzindo grande volume de estudos críticos sobre as sociedades contemporâneas, evidenciando os problemas e os riscos a que estas sociedades estão expostas: aprofundamento da

marginalidade, crescimento da violência, escalada das drogas, encolhimento do emprego, enfraquecimento do Estado como entidade nacional soberana, mercadorização das relações humanas, e outras tantas questões que afetam perigosamente a vida social. A Universidade desempenha um papel fundamental de estudos, análises e denúncias. Contudo, vale lembrar que o exercício da crítica é também, ou antes de tudo autocrítica. Dada a importância das instituições de educação superior na formação profissional cidadã, importa perguntar em que direção elas estão caminhando: se o modo pelo qual estão estruturadas e operam vai na direção de uma formação superior cidadã, ou pendem apenas para a formação profissional com o seu olhar exclusivo para o mercado.

Evidentemente, esta é uma questão de enorme complexidade e qualquer afirmação definitiva a este respeito não passa de uma temeridade. Esta complexidade passa pelas transformações das ciências mesmas e das instituições onde elas são cultivadas.

A nosso ver, o ponto de referência para esta discussão é a questão do conhecimento, em especial o conhecimento científico, razão de ser da Universidade. Sousa Santos (1996, p. 29) afirmava há mais de vinte anos atrás que as ciências modernas estavam cedendo lugar às ciências pós-modernas, vindo a constituir um poderoso movimento intelectual “que atravessa as várias ciências da natureza até as ciências sociais, um movimento de vocação transdisciplinar”. O autor qualifica esta profunda mudança como mudança de paradigma: de um conhecimento disciplinar de recortes da realidade para um outro tipo de conhecimento temático, fundado em situações/problemas, em temas. Tomando as palavras do autor (p. 47, 48),

No paradigma emergente o conhecimento é total, tem como horizonte a totalidade universal Constitui-se em redor de temas... A fragmentação pós-moderna não é disciplinar e sim temática. Os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros. Ao contrário do que sucede no paradigma atual, o conhecimento avança à medida que o seu objeto se amplia, ampliação que, como a da árvore, procede pela diferenciação e pelo alastramento das raízes em busca de novas e mais variadas interfaces.

Este paradigma emergente de ciência, acentua Sousa Santos (p. 48, 53, 55),

É um conhecimento sobre as condições de possibilidade. As

condições de possibilidade da ação humana projetada no mundo a partir de um espaço-tempo local.....Assim ressubjetivado, o conhecimento científico ensina a viver e traduz-se num saber prático....., [sendo que] hoje não se trata tanto de sobreviver como de saber viver.

É certo que, neste novo cenário da ciência enunciado por Sousa Santos, o conhecimento disciplinar não desaparece de cena, nem seu papel perde significado; porém ocorre, sim, um reposicionamento do conhecimento disciplinar. Enquanto área de conhecimento específico, buscando penetrar fundo nas questões/problemas que a envolvem, o esforço de pesquisa numa área especializada reitera ou reformula conhecimentos anteriores ou suscita novas descobertas. Neste caso o conhecimento disciplinar constitui um fim em si. Algo diferente ocorre quanto se trata da formação de profissionais de nível superior. De fim em si, o conhecimento disciplinar passa a ser meio. Tomando um termo próprio dos ofícios manuais, o conhecimento disciplinar, enquanto meio, passa a ser uma “ferramenta”, algo que permite compreender e lidar com uma situação concreta, e no caso das profissões de nível superior, complexa. Esta ressignificação do conhecimento disciplinar permite fazer a passagem do pesquisador para o professor, identificando suas especificidades e ao mesmo tempo a profunda interdependência entre o trabalho do pesquisador e o trabalho do professor.

Este panorama do conhecimento científico a caminho de um novo paradigma nos conduz ao problema central deste artigo: a formação superior. Mais especificamente, conduz a indagar sobre as formas organizacionais que as instituições de formação superior vem assumindo nas suas tarefas de pesquisa científica e de formação do humano. É preciso indagar se as formas assumidas pelas instituições de formação superior estão se dando na direção do novo paradigma científico apontado por Souza Santos, que levaria a uma formação superior de elevada qualidade técnica e para além dela, uma formação cidadã, indutora de uma visão ampla do alcance social do agir técnico, capaz de mobilizar as pessoas para uma ação política.

No caso das universidades, estas estão estruturadas em departamentos, segundo áreas de conhecimentos especializados resultantes de uma visão herdada da ciência clássica. A pesquisa é focada na área especializada e a docência é exercida a partir deste foco, não a partir da profissão e das situações/problemas que configuram a atuação profissional. Reitera Sousa Santos (2010, p. 40, 41) que

O conhecimento universitário – ou seja, o conhecimento produzido nas universidades ou instituições separadas das universidades, mas detentoras do mesmo *ethos* universitário – foi, ao longo do século XX, um conhecimento predominantemente disciplinar cuja autonomia impôs um processo de produção relativamente descontextualizado em relação às premências do cotidiano da sociedade.

Nestas circunstâncias, cada disciplina componente da proposta curricular encerra um sentido em si, não como meio para a formação mais ampla. Se acrescentamos a isto o fato de que, no Brasil, o estímulo externo advindo de órgãos do governo (CAPES, CNPQ) é para a pesquisa e publicação, a reflexão sobre os processos de formação no interior da universidade fica num plano secundário. A pretendida interdisciplinaridade pouco vai além de ajuntamento de disciplinas, cada uma delas, muitas vezes, reivindicando sua primazia.

Considerações finais

Assim, tanto quanto as características da sociedade contemporânea que preza a individualidade e a competição, como a visão restrita que as demandas do mercado de trabalho impõem aos processos formativos, as estruturas acadêmicas herdadas da visão clássica de ciência constituem desafios para pensar e implementar processos de formação superior que combinem a competência técnica com a vida cidadã. Impõe-se, para tanto, diz ainda Sousa Santos (1995, p. 224), a criação de

Um modelo de aplicação da ciência alternativo ao modelo de aplicação técnica, um modelo que subordine o *know-how* técnico ao *know-how* ético e comprometa a comunidade científica existencial, ética e profissionalmente com o impacto da aplicação.

Embora seja papel da Universidade a análise crítica da atual sociedade e de como no seu interior os valores de mercado tendem a reduzir as demais dimensões da vida social a esta única dimensão, esta crítica deve-se dar também de dentro para fora; uma autocrítica a que Sousa Santos (1995, 2010) nos induz a fazer já que estão em cheque a legitimidade e a hegemonia da Universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATA-MOURA, José. Educação Superior: Direito ou Mercadoria? Avaliação-
Revista da Avaliação Institucional da Educação Superior, Campinas, v. 8, n. 4, dez. 2003.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade e processo civilizatório: do princípio à realidade.
2013 (não publicado). Conferência proferida na Universidade do Porto, setembro de
2013.

DURKHEIM, Émile. In Émile Durkheim: Sociologia; organizador José Albertino
Rodrigues. – 9. Ed. – São Paulo: Ática, 1999.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

FORRESTER, Viviane. O horror econômico. São Paulo: Universidade Estadual
Paulista, 1997.

RIESMAN, David. A multidão solitária. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

SENNETT, Richard. A decadência do homem público: as tiranias da intimidade. São
Paulo: Companhia das letras, 1988.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Um discurso sobre as ciências. Porto: Edições
Afrontamento, 1996 (8ª ed.).

----- . Pela mão de Alice: o social e o político na pós-
modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

----- . A universidade no século XXI: para uma reforma
democrática e emancipatória da universidade. – 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2010 –
(Coleção questões de nossa época; v. 11).

TARDIF, Jacques. Se o professorado fosse uma profissão....In: Docência universitária:
profissionalização e práticas educativas. Maria Isabel da Cunha; Sandra Regina Soares;
Marinalva Lopes Ribeiro (Orgs.). Feira de Santana: UEFS Editora, 2009, pg. 57-76.